

A. I. Nº. - 272466.0100/08-0
AUTUADO - QUEIROZ DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA LTDA.
AUTUANTE - RENATO AGUIAR DE ASSIS
ORIGEM - INFRAZ BOM JESUS DA LAPA
INTERNET - 22. 04. 2009

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0075-01/09

EMENTA: ICMS. 1. ENTRADAS DE MERCADORIAS. FALTA DE CONTABILIZAÇÃO. PRESUNÇÃO LEGAL DE OPERAÇÕES NÃO REGISTRADAS. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. A falta de contabilização de entradas de mercadorias indica que o sujeito passivo efetuou pagamentos com recursos não contabilizados decorrentes de operações anteriormente realizadas e também não contabilizadas. O contribuinte comprova a regularidade de alguns documentos fiscais. Refeitos os cálculos. Infração parcialmente caracterizada. 2. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA PARCIAL. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS PARA COMERCIALIZAÇÃO. FALTA DE PAGAMENTO DO IMPOSTO. A apresentação pelo sujeito passivo da comprovação do pagamento do imposto referente a alguns documentos fiscais implica na desconstituição de parte da cobrança. Infração mantida parcialmente. 3. DOCUMENTOS DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS. DMA. DECLARAÇÃO INCORRETA DE DADOS. MULTA. Infração comprovada. Auto de Infração PROCEDENTE EM PARTE. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Através do Auto de Infração em lide, lavrado em 31/05/2008, foi lançado o crédito tributário correspondente à exigência de ICMS no valor de R\$7.920,21 e à multa por descumprimento de obrigação acessória no valor de R\$140,00, atribuindo ao sujeito passivo o cometimento das seguintes infrações:

- 01 – deixou de recolher o ICMS em decorrência da omissão de saídas de mercadorias tributáveis, apurada através de entradas de mercadorias não registradas, nos meses de agosto a novembro de 2007, conforme demonstrado no Anexo I (fls. 08 a 16), sendo exigido o imposto no valor de R\$5.092,69, acrescido da multa de 70%;
- 02 – deixou de efetuar o recolhimento do ICMS correspondente à antecipação parcial, em relação à aquisição de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação para fins de comercialização, nos meses de agosto a novembro de 2007, conforme demonstrado no Anexo II (fls. 18 a 26), exigindo imposto no valor de R\$2.827,52, acrescido da multa de 60%;
- 03 – declarou incorretamente dados nas informações econômico-fiscais apresentadas através da DMA (declaração e apuração mensal do ICMS), sendo aplicada a multa de R\$140,00, conforme demonstrado no Anexo III (fls. 28 a 30).

O autuado apresentou impugnação às fls. 628 a 631, inicialmente tecendo comentários acerca das intimações recebidas da fiscalização para apresentação de diversos elementos fiscais e sobre o desdobramento concernente à respectiva apresentação. Ressalta que a sua escrituração fiscal é feita

a partir da importação de dados do sistema comercial para a base de automação do escritório contábil, para fins de cumprimento das obrigações principal e acessórias pertinentes. Afirmando que o autuante fez uma análise superficial da sua documentação, passou a tratar a respeito de cada um dos itens da autuação.

Infração 01 – afiança que as Notas Fiscais de nº.s 15.067, 8.540 e 17.371 haviam sido escrituradas nas respectivas bases (fls. 707 a 727), salientando que o autuante se equivocou em relação ao número e à data da Nota Fiscal de nº. 9.540, de 08/06/2007, que fora consignada como sendo de nº. 8.540 com a data de 08/08/2007.

No que se refere às Notas Fiscais de nº.s 1.191, 1.242 e 1.243, alega que não se referem a mercadorias para revenda, tendo em vista que não se encontra incluída em sua atividade econômica o comércio de peças para veículos, que está voltada para o comércio de materiais para consumo. Acrescenta que os materiais em questão se destinavam à aplicação nas revisões periódicas de seus veículos, conforme se verifica no campo “dados adicionais – informações complementares” desses documentos fiscais, onde constam as placas dos veículos. Sustenta que nesse caso é devido, apenas, o ICMS relativo à diferença de alíquota, conforme prevê o art. 5º, inciso I do RICMS/BA.

Quanto à Nota Fiscal nº. 8.644, afirma que consta apenas em seu sistema comercial (fl. 644), tendo ocorrido erro na importação dos dados, porém sem causar prejuízo ao fisco, tendo em vista que os produtos em referência foram objeto de saídas através de notas fiscais (fls. 37 a 627), não existindo, assim, a omissão de saída, conforme acusação fiscal.

Infração 02 – alega que as Notas Fiscais de nº.s 15.067, 17.371 e 8.644 foram objeto de parcelamento, de acordo com mensagem eletrônica anexada à fl. 642; que o ICMS relativo à Nota Fiscal nº. 9.540 foi devidamente recolhido (fls. 725/726); quanto às Notas Fiscais de nº.s 1.191, 1.242 e 1.243, sustenta que se referem a material de uso ou consumo, não sendo devido o imposto atinente à antecipação parcial, em conformidade com o art. 352-A do RICMS/BA e orientações constantes no item sobre perguntas e respostas sobre antecipação parcial, que se verifica no *site* da SEFAZ/BA.

Infração 03 – salienta que a DMA foi informada zerada, até que a escrita fiscal estivesse devidamente concluída, quando então seria retificada, conforme mensagem do correio eletrônico (fl. 642). Observa que este é o primeiro Auto de Infração de que tem conhecimento, que tenha decorrido de DMA zerada.

Argumenta que com base nas comprovações apresentadas, não ocorreu o fato gerador na sua totalidade, tanto em relação ao imposto quanto à multa. Afiança que, além disso, o autuante incorreu em equívocos na descrição de documentos, bem como por realizar uma análise superficial dos fatos. Requer a anulação parcial do Auto de Infração, reconhecendo o débito no valor de R\$325,25, conforme demonstrativo anexado à fl. 727, valor este referente à diferença de alíquota correspondente às Notas Fiscais de nº.s 1.191, 1.242 e 1.243.

O Auditor Fiscal designado produziu informação fiscal às fls. 734/735, quando discutiu as alegações defensivas concernentes a cada uma das infrações.

Infração 01 – salienta que de acordo com os documentos acostados ao processo, constatou que o contribuinte comprovou que as Notas Fiscais de nº.s 15.067, 8.540 e 17.371 se encontram devidamente lançadas no livro Registro de Entradas de Mercadorias. Assim, na planilha que anexou à fl. 736, refez os cálculos excluindo essas três notas fiscais.

Infração 02 – assevera que a afirmação defensiva de que em relação às Notas Fiscais de nº.s 15.067, 17.371 e 8.644 constam débitos reclamados e não recolhidos não prospera, desde quando o contribuinte não solicitou o parcelamento dos débitos antes do início da ação fiscal; o pagamento do ICMS relativo à Nota Fiscal nº. 9.540 está devidamente comprovado à fl. 726; tendo em vista que o autuado não tem como atividade o comércio de peças para veículos e que consta nas notas fiscais a

identificação dos veículos destinatários das peças, conclui que realmente os materiais constantes nas Notas Fiscais de nº.s 1.191, 1.242 e 1.243, se destinam a uso e consumo, não sendo devido o ICMS por antecipação parcial.

Após essas considerações, elaborou nova planilha (fl. 737), com as devidas correções.

Infração 03 – não procede a argumentação do contribuinte de que informara a DMA zerada até que a escrita fiscal estivesse devidamente concluída.

Cientificado quanto ao teor da informação fiscal, o autuado se manifestou às fls. 741/742, quando ratificou a peça defensiva em sua íntegra e reapresentou os argumentos já oferecidos inicialmente, acrescentando quanto à Nota Fiscal nº. 8.644, que se acaso for mantida na infração 01 caracterizará bi-tributação, desde quando se encontra arrolada também na infração 02.

VOTO

Verifico que foi atribuído ao sujeito passivo o cometimento de três infrações, sendo todas devidamente impugnadas, de modo que passarei a tratar respeito de cada uma das imputações, conforme segue.

No que se refere à infração 01, que se constituiu na presunção de omissão de saídas de mercadorias tributáveis, em decorrência da falta de contabilização da entrada de mercadorias, o autuado se insurgiu parcialmente contra a imposição tributária, alegando que as Notas Fiscais de nº.s 15.067, 8.540 e 17.371 haviam sido escrituradas, o que comprovou por meio da documentação acostada às fls. 707 a 727, demonstrando, inclusive, que a fiscalização se equivocara quanto ao número e à data da Nota Fiscal de nº. 9.540, de 08/06/2007, que fora indevidamente indicada pelo autuante como sendo de nº. 8.540. Observo que o Auditor Fiscal que prestou a informação fiscal, de forma acertada, acatou tais argumentos, excluindo esses documentos fiscais da exigência.

Quanto às alegações de que não caberia a cobrança do imposto relativo às Notas fiscais de nº.s 1.191, 1.242 e 1.243, sob a assertiva de que os materiais em questão correspondiam a peças para veículos, sendo destinados ao seu uso e consumo, bem como em relação à Nota Fiscal nº. 8.644, neste caso afirmando que os respectivos dados constam apenas em seu sistema comercial, não tendo sido consignados em sua escrita fiscal-contábil, não as acato, haja vista que a exigência aqui em discussão se refere à presunção de saídas de mercadorias tributáveis em um momento anterior, isto em decorrência da constatação de entradas de mercadorias no estabelecimento sem o devido registro correspondente às suas aquisições.

Assim, a apuração efetivada pela fiscalização oferece condições de se determinar que o contribuinte omitira o ingresso de receita decorrente de omissão de saídas anteriores de mercadorias, cabendo, ao autuado a comprovação da improcedência da presunção. E é neste sentido que o § 4º do art. 4º da Lei nº. 7.014/96 autoriza que, dentre outros fatos, se ficar constatada a entrada de mercadorias não registradas, se presuma a ocorrência de omissão de saídas de mercadorias tributáveis sem pagamento do imposto, ressalvada ao contribuinte a prova da improcedência da presunção.

Deste modo, a infração resta parcialmente caracterizada, no valor de R\$4.159,90, conforme tabela abaixo:

OCORRÊNCIA	VALOR JULGADO (R\$)
09/2007	3.054,05
10/2007	481,10
11/2007	624,75
TOTAL	4.159,90

Na infração 02 foi exigido o ICMS relativo à antecipação parcial, que não fora recolhido pelo contribuinte. Acato a alegação defensiva concernente à Nota Fiscal nº 9.540, uma vez que está devidamente comprovado o recolhimento do tributo devido, conforme atesta o documento de arrecadação acostado à fl. 726. Também concordo com a argumentação atinente às Notas Fiscais de nº.s 1.191, 1.242 e 1.243, tendo em vista que efetivamente se referem a material de uso e consumo do estabelecimento, devendo ser excluídas desta exigência. Acrescento que em relação a estas duas situações, houve concordância com o pleito defensivo por parte do Auditor Fiscal que apresentou a informação fiscal.

Discordo, entretanto, quanto à afirmação do autuado de que as Notas Fiscais de nº.s 15.067, 17.371 e 8.644 tinham sido objeto de parcelamento, desde quando não foi carreada aos autos nenhuma prova nesse sentido, de forma que este argumento não pode ser acatado. A infração 02, deste modo, fica mantida de forma parcial, no valor de R\$2.022,82, em conformidade com a seguinte tabela:

OCORRÊNCIA	VALOR JULGADO (R\$)
08/2007	135,00
09/2007	1.887,82
TOTAL	2.022,82

Já na infração 03, que se originou da transmissão incorreta dos dados através da DMA, a despeito de o autuado alegar que a sua transmissão se dera “zerada”, para posteriormente ser corrigida, tal assertiva não se fez acompanhar de provas materiais. Por outro lado, os documentos anexados às fls. 29/30 comprovam que as divergências apontadas efetivamente ocorreram. Assim, esta infração resta caracterizada.

Ante todo o exposto, voto pela procedência parcial do Auto de Infração, sendo mantidas parcialmente as infrações 01 e 02 e de forma integral a infração 03.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº. **272466.0100/08-0**, lavrado contra **QUEIROZ DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$6.182,72**, acrescido das multas de 70% sobre R\$4.159,90 e de 60% sobre R\$2.022,82, previstas no artigo 42, incisos III e II, alínea “d” da Lei nº. 7.014/96 e dos acréscimos legais, além da multa por descumprimento de obrigação acessória no valor de **R\$140,00**, prevista no inciso XVIII, alínea “c” do artigo e Lei acima citados, com os acréscimos moratórios na forma prevista pela Lei nº 9.837/05.

Sala das Sessões do CONSEF, 06 de abril de 2009.

RUBENS MOUTINHO DOS SANTOS – PRESIDENTE

VALMIR NOGUEIRA DE OLIVEIRA – RELATOR

JOSÉ FRANKLIN FONTES REIS – JULGADOR